



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

Auditoria Financeira

Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Processo nº 00600-00000224/2021-86

Brasília DF, 2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE AUDITORIA - RLPA

1. Apresentação

Tratam os autos sobre a realização de auditoria financeira sobre a conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial do GDF do ano de 2020, conforme autorizado no item II da Decisão nº 4918/2020 (peça 28 do Processo nº 00600-00005088/2020-30-e), que aprovou o planejamento de fiscalizações para o exercício de 2021 (peça 24 daqueles autos).

2. Introdução à Auditoria Financeira

2. As auditorias financeiras, no âmbito do setor público, são espécies de fiscalização das auditorias governamentais e são conduzidas de acordo com normas internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público, internalizadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal por força do art. 232, § 2º, do Regimento Interno.

3. Uma auditoria financeira conduzida no setor público consiste em um trabalho de certificação que tem como propósito aumentar a confiança dos usuários das demonstrações financeiras apresentadas por um ente público.

4. Auditorias financeiras no setor público podem ter como objetos, entre outros: a) demonstrações financeiras anuais consolidadas do ente público; b) demonstrações financeiras anuais consolidadas ou individuais de órgãos, fundos e entidades específicas; ou c) contas específicas que irão compor demonstrações financeiras individuais ou consolidadas (nesse último caso, a norma de auditoria aplicável é a ISSAI 1805, que trata de auditoria financeira no setor público de quadros isolados das demonstrações financeiras e de elementos, contas ou itens específicos).

5. Trabalhos de certificação têm como pressuposto que a informação do objeto auditado é elaborada, preparada e apresentada pelo gestor, de acordo com critérios aplicáveis. Compete, então, aos auditores obter evidências suficientes e apropriadas para expressar uma opinião, com um nível de asseguuração razoável, sobre se aquela informação do objeto atende àqueles critérios.

6. Numa auditoria financeira, tais critérios dizem respeito à aderência da informação do objeto a uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

7. Nos trabalhos de asseguuração razoável, o auditor deve planejar e executar a auditoria para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes, sejam devidas a erros ou fraudes. Assim, a conclusão da auditoria é expressa de forma positiva, transmitindo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

que, na opinião do auditor, o objeto está ou não em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios aplicáveis.

8. Os trabalhos de asseguuração razoável fornecem uma garantia alta. Contudo, devido às limitações que lhes são inerentes, mesmo com o uso de amostragem estatística, as auditorias nunca poderão oferecer uma asseguuração absoluta.

9. Será considerada opinião não modificada (opinião sem ressalva) se o auditor concluir que as demonstrações financeiras apresentadas refletem razoavelmente a situação existente; será considerada opinião modificada (opinião com ressalva ou opinião adversa) se for detectada distorção relevante; e deverá se abster de expressar uma opinião quando não for possível obter evidências adequadas e suficientes, devido a limitações ou carência de informações essenciais acerca do objeto auditado. Tal certificação pode abranger aspectos patrimoniais, orçamentários ou financeiros.

10. Os usuários ou destinatários do trabalho de asseguuração são as pessoas e/ou instituições que têm interesse nas informações divulgadas pelas entidades públicas, seja por exigência legal ou interesse econômico. São exemplos de interessados: cidadãos, Poder Legislativo, investidores, órgãos de controle interno e externo, agências de classificação de risco, agentes financiadores, organizações internacionais, entre outros.

11. Sobre as iniciativas para a realização de auditoria financeira no âmbito do TCDF, destacam-se:

- o Processo nº 31924/2017-e, que tem como escopo estudos técnicos para o fortalecimento da metodologia de auditoria financeira no TCDF;
- o Processo nº 6733/2019-e, que trata de auditoria piloto para avaliação das Operações de Crédito registradas no grupo Empréstimos e Financiamentos do Passivo do Balanço Patrimonial do GDF referente ao exercício de 2018; e
- mais recentemente, o Processo nº 224113/2019-e, que trata de auditoria para avaliação da conta Caixa e Equivalentes de Caixa no grupo Ativo Circulante da classe de contas Ativo do Balanço Patrimonial do GDF referente ao exercício de 2019.

12. Registram-se, ainda, iniciativas semelhantes em outros tribunais de contas. Por exemplo, o processo TC 016.937/2012-0, do Tribunal de Contas da União – TCU, no qual foram estabelecidos estratégia e plano de ação para aumentar, mediante a realização de auditorias financeiras, a transparência, a credibilidade e a utilidade das contas públicas federais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

13. Ademais, vale mencionar o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC, regulamentado pela Resolução nº 01/2015 – ATRICON, que prevê critérios para avaliação das Corte de Contas, em função de realização de “auditoria financeira nas contas anuais de governo”, em consonância com as normas internacionais de auditoria financeira emitidas pela Intosai.

2.1. Estrutura de Relatório Financeiro Aplicável

14. A auditoria verificará se o saldo da conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Ativo do Balanço Patrimonial, apresentado no Balanço Geral, parte integrante da Prestação de Contas do Governo do Distrito Federal, exercício 2020, refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial em 31.12.2020, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável para a elaboração das demonstrações contábeis definida pelas normas abaixo:

- 1) Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª Edição;
- 2) Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- 3) Instrução Normativa nº 01/2016 e Manual Simplificado de Conciliação Bancária (Sucon/Sef/Seec-DF);
- 4) Instrução Normativa nº 03/2020 (Sucon/Sef/Seec-DF);
- 5) Decisão nº 3.438/2015 do TCDF;
- 6) Decreto nº 32.598/2010;
- 7) Decreto nº 32.767/2011;
- 8) Decreto nº 41.277/2020; e
- 9) Instrução Normativa nº 1/2016 – Tribunal de Contas do Distrito Federal, de 17.11.2016.

3. Identificação do Objeto

3.1. Objeto de auditoria

15. O objeto da auditoria financeira a que se refere o presente processo é a conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo representada no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial do DF do exercício de 2020, no valor de R\$ 3.531.099.494,31 (situação em 31.12.2020).

4. Contextualização do Objeto

16. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição (pg. 436), os Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

17. Assim, verificam-se dois principais grupos de naturezas de contas que integram os recursos de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial de 2020 do GDF: 1) recursos aplicados em títulos e valores mobiliários resgatáveis no curto prazo; e 2) aplicações temporárias em metais preciosos.

18. Com relação aos recursos aplicados em títulos e valores mobiliários, pode-se citar, como exemplos práticos, os investimentos realizados em fundos imobiliários, em fundos de ações, em fundos de renda fixa, entre outros. Nesses casos, a distinção entre aplicações de curto e de longo prazo se dá pela liquidez do investimento, devendo os investimentos que possam ser resgatados antes do final do exercício posterior ao das demonstrações financeiras ser classificados no curto prazo e os demais classificados no longo prazo.

19. Os investimentos em questão podem ser realizados por meio de instituições bancárias, caso em que estarão associados a contas correntes que podem ser representadas no Siggo por meio de domicílios bancários, ou por adesão direta ao fundo de investimento, caso em que não estarão associados a uma conta corrente e deve-se adotar outra forma de representar esse investimento no Siggo, que não o domicílio bancário representado pelo conjunto dos códigos da instituição bancária, da agência e da conta corrente.

20. Cabe salientar que, no Siggo é permitida a associação de um mesmo domicílio bancário a mais de uma conta contábil, a depender da classificação contábil da natureza da aplicação realizada.

21. Com relação às aplicações financeiras que se enquadram no conceito de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, vale acrescentar que os recursos ali mantidos não contemplam compromissos de caixa e equivalentes de caixa de curto prazo, de forma que aplicações diretas em CDB, CDI e poupança não estão contemplados.

22. A esse respeito, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição (pg. 447) registra a seguinte observação:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

23. Por esse motivo e pela liquidez da aplicação, comentada no parágrafo 18, observa-se que a verificação da classificação das aplicações financeiras do GDF como de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo podem ganhar relevo na presente auditoria, principalmente, em relação a falhas de classificação de fundos de investimentos.

24. Conforme descrito no art. 129, caput, do Decreto nº 32.598/2010, as unidades gestoras que dispõem de conta bancária deverão encaminhar mensalmente à Sucon/SEF/Seec¹ (órgão central de contabilidade do GDF) até o dia 10 (dez) do mês subsequente², a conciliação das contas bancárias, acompanhada da declaração do saldo fornecida pelo estabelecimento bancário ou financeiro.

25. Mais especificamente, em relação à elaboração da prestação de Contas de Governo do ano de 2020, no art. 29, caput e § 2º, do Decreto nº 41.277/2020, foi estabelecido que a unidade gestora deverá analisar as contas do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido com objetivo de identificar situações que necessitem de ações corretivas em tempo hábil, a fim de permitir a validação, exatidão e qualificação dos dados que constarão dos relatórios consolidados de governo, analisando as contas do Ativo, Direitos a Receber com saldos de exercícios anteriores para certificação de que são procedentes ou necessitam de baixas contábeis, com base na documentação comprobatória, entre outros registros.

26. No que tange aos dois parágrafos anteriores, destaca-se o entendimento da Sucon de que a obrigatoriedade de apresentação de conciliação engloba todos os ativos financeiros da unidade gestora, neles incluídos os investimentos em fundos.

27. Ao se analisar as unidades gestoras que registraram recursos na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo em 31.12.2020 no Siggio, percebeu-se que todas elas (quatro no total) fazem parte do Instituto de Previdência do Distrito Federal – Iprev/DF, assim, o foco dos procedimentos de

¹ Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria Executiva de Fazenda da Secretaria de Estado de Economia do DF.

² Com base no art. 129, § 1º, do Decreto nº 32.598/2010 e no art. 23, caput e parágrafo único, do Decreto nº 41.277/2020, a SUTES/SEF/SEEC é a unidade responsável por realizar a conciliação das contas de investimento da Administração Direta, com exceção do Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF (vinculado à Secretaria de Estado de Saúde do DF - SES), Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PRÓ-JURÍDICO (vinculado à PGDF) e Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (vinculado à Secretaria de Estado de Economia do DF - SEEC); já as conciliações bancárias dos investimentos pertencentes às entidades da Administração Indireta (autarquias, fundações e empresas estatais dependentes) ficam a cargo dos gestores das respectivas entidades.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

auditoria na fase de execução vai centrar-se na mencionada autarquia.

28. Assim, decidiu-se concentrar os esforços de levantamento dos riscos e controles relacionados ao objeto da auditoria no Iprev/DF e na Sucon. Nesse ponto, faz-se necessário uma elucidação. Durante a realização das entrevistas estruturadas para conhecimento do objeto e avaliação dos riscos e controles do objeto auditado, a equipe de auditoria constatou que até julho de 2020 o Iprev/DF não realizava suas conciliações bancárias e de investimentos, não tendo em sua estrutura setor responsável por tal incumbência, o que explica porque eles não apresentaram as conciliações bancárias para compor as demonstrações financeiras de 2019.

29. Como resultado da auditoria financeira mencionada, aquela autarquia promoveu modificações em sua estrutura para criar a Gerência de Conciliação – Geconci, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças – Diafi, na busca de promover maior correlação entre a realidade de seus investimentos e os registros contábeis, no entanto, até o término do planejamento da presente auditoria, eles não haviam conseguido conciliar os investimentos a curto prazo.

30. Ainda em relação ao procedimento de elaboração das conciliações bancárias, é importante registrar que a Sucon editou o “Manual Simplificado de Conciliação Bancária”, com o intuito de padronizar a metodologia e o modelo do formulário de conciliação, em atendimento à Decisão nº 3438/2015.

31. O referido manual enfatiza a importância dos princípios da competência, da oportunidade e da fidedignidade das informações contábeis. Assevera, ainda, que a conciliação elaborada de forma tempestiva é indispensável para a correta verificação dos registros contábeis em cada unidade gestora.

32. Da leitura do manual, conclui-se que os extratos bancários e de investimentos ou a declaração dos saldos bancários ou de investimentos são documentos essenciais para verificar a pertinência das informações registradas na contabilidade do GDF. A obtenção dessa informação pela equipe de auditoria constitui, assim, elemento essencial para a emissão de um parecer conclusivo acerca dos saldos de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial do GDF do ano de 2020.

33. Havendo divergências de informações, as conciliações bancárias elaboradas de acordo com os procedimentos preconizados pelo Manual ganham importância no sentido de explicar eventuais divergências de saldos entre os investimentos mantidos juntos aos agentes financeiros e os dados da contabilidade registrados no Siggo.

34. Assim, se existirem divergências devidamente conciliadas e divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras, tais discordâncias podem não ser enquadradas como distorções relevantes para efeito de auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

35. Por outro lado, a identificação de divergências significativas sem conciliação adequadamente elaborada ou divulgada pode representar distorções relevantes para efeito de auditoria. Em ambas as situações, a análise do caso concreto dependerá do julgamento profissional dos auditores.

36. Por oportuno, vale ressaltar outros resultados da auditoria financeira realizada no Caixa e Equivalentes de Caixa (Processo nº 224113/2019), a Sucon:

- 1) aprimorou seus controles de cadastro de domicílio bancário, por meio da edição da Instrução Normativa nº 03/2020, de forma a dificultar a criação de domicílios bancários fictícios que permitiam a contabilização de recursos também fictícios, achado nº 1 da referida auditoria, e;
- 2) está implementando o módulo Notas Explicativas no Siggo para que as unidades gestoras e a própria Sucon possam inserir notas explicativas para compor as demonstrações financeiras do GDF, de forma a resolver a falta de notas explicativas apontada no achado nº 2 da referida auditoria.

5. Normas aplicáveis ao objeto auditado

37. Identificaram-se como pertinentes ao trabalho ora proposto as seguintes normas de auditoria aplicáveis:

- 1) Normas Brasileiras de Auditoria para o Setor Público – Nbsp 100 e 200; e
- 2) Diretrizes Gerais de Auditoria Financeira preconizadas pela Intosai (Issai 1000 a 1810), como destaque para as Issai 1315, 1450, 1510, 1700, 1705 e 1805.

6. Avaliação de Riscos e Controles

38. A avaliação do controle interno foi feita em conformidade com a Issai 1315, considerando a possibilidade de ocorrência de distorção relevante, segundo os aspectos de existência, direitos e obrigações, integralidade, exatidão, classificação e divulgação nas demonstrações financeiras do GDF para o exercício de 2020.

39. A versão analítica dessa avaliação do controle interno encontra-se na Matriz de Avaliação de Riscos, Controles e Procedimentos de Auditoria (peça 9).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

6.1. Metodologia de Avaliação de Riscos e Controles

40. O primeiro passo dessa metodologia é apresentar o saldo das contas que serão auditadas: nesta auditoria pretende-se certificar o valor referente à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo apresentada no Balanço Patrimonial do DF.

41. Assim, pretende-se com a metodologia e os procedimentos a seguir assegurar a razoabilidade do valor presente na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Ativo, no valor de **R\$ 3.531.099.494,31**.

42. Para a elaboração da Matriz de Avaliação de Riscos e Controle empregam-se as seguintes escalas de avaliação dos riscos de distorção relevante para avaliar a probabilidade de ocorrência e o impacto da materialização de cada risco:

Escala de avaliação da probabilidade de ocorrência		
20%	Muito Baixa	A probabilidade de o evento ocorrer é improvável
40%	Baixa	A probabilidade de o evento ocorrer é rara
60%	Média	A probabilidade de o evento ocorrer é possível
80%	Alta	A probabilidade de o evento ocorrer é provável
100%	Muito Alta	A probabilidade de o evento ocorrer é praticamente certa.
	N/A	

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria (adaptado do Manual de Auditoria Financeira do TCU, 2016, pág. 91).

Escala de avaliação de Impacto		
10%	Muito Baixo	O risco, se materializado, tem impacto muito baixo em relação aos objetivos*.
30%	Baixo	O risco, se materializado, tem impacto baixo em relação aos objetivos.
60%	Médio	O risco, se materializado, tem impacto de dimensão média em relação aos objetivos.
90%	Alto	O risco, se materializado, tem impacto alto em relação aos objetivos.
100%	Muito Alto	O risco, se materializado, tem impacto muito alto em relação aos objetivos.
	N/A	

*Os objetivos são de que as demonstrações financeiras apresentadas pelo auditado reflitam razoavelmente a situação existente.

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria (adaptado do Manual de Auditoria Financeira do TCU, 2016, pág. 92).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

43. A escala de avaliação do Risco Inerente das afirmações é o resultado da combinação das informações de probabilidade e impacto, conforme apresenta-se a seguir:

Escala para avaliação de Risco Inerente						
		PROBABILIDADE				
		20%	40%	60%	80%	100%
IMPACTO	10%	2%	4%	6%	8%	10%
	30%	6%	12%	18%	24%	30%
	60%	12%	24%	36%	48%	60%
	90%	18%	36%	54%	72%	90%
	100%	20%	40%	60%	80%	100%

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria (adaptado do Manual de Auditoria Financeira do TCU, 2016, pág. 93).

Legenda do Risco Inerente	
Risco Baixo	0 a 18%
Risco Moderado	18,1% a 54%
Risco Alto	54,1 a 100%

44. A escala para a avaliação da efetividade dos controles internos do GDF desenhados e implementados para evitar a apresentação de distorção relevante nas demonstrações financeiras é apresentada a seguir:

Escala para avaliação do Risco de Controle		
Risco de Controle (RC)		Descrição
100%	Inexistente/não avaliado	Os CI são inexistentes, foram mal projetados ou foram mal implementados.
80%	Fraco	Os CI tem abordagens ad hoc, que tendem a ser aplicadas caso a caso. A responsabilidade é individual. Há elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas
60%	Mediano	Os CI são implementados e mitigam alguns aspectos dos riscos, mas não apropriadamente. Não contemplam todos os aspectos relevantes dos riscos ou são ineficientes em seu desenho ou pelas ferramentas utilizadas.
40%	Satisfatório	Os CI estão sendo implementados e mitigam riscos apropriadamente. São sustentados por ferramentas adequadas, mas há espaço para aperfeiçoamentos.
20%	Forte	Os CI são implementados e mitigam os risco em todos os aspectos relevantes, podendo ser considerados como exemplos de "melhores práticas".
	N/A	

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria (adaptado do Manual de Auditoria Financeira do TCU, 2016, pág. 99).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

45. A descrição detalhada dos controles internos esperados e respectivas análises encontram-se na Matriz de Avaliação de Riscos, Controles e Procedimentos de Auditoria (peça 9), parte integrante do presente processo.

46. A escala de avaliação do **Risco Residual**, resultante da combinação do Risco Inerente com o Risco de Controle (risco de que os controles internos estabelecidos pelo GDF não mitiguem o Risco Inerente), é apresentada a seguir.

Escala para avaliação do Risco Residual						
		Risco de Controle				
		Forte	Satisfatório	Insatisfatório	Fraco	Inexistente
		20%	40%	60%	80%	100%
Risco Inerente	2%	0%	1%	1%	2%	2%
	4%	1%	2%	2%	3%	4%
	6%	1%	2%	4%	5%	6%
	8%	2%	3%	5%	6%	8%
	10%	2%	4%	6%	8%	10%
	12%	2%	5%	7%	10%	12%
	18%	4%	7%	11%	14%	18%
	20%	4%	8%	12%	16%	20%
	24%	5%	10%	14%	19%	24%
	30%	6%	12%	18%	24%	30%
	36%	7%	14%	22%	29%	36%
	40%	8%	16%	24%	32%	40%
	48%	10%	19%	29%	38%	48%
	54%	11%	22%	32%	43%	54%
	60%	12%	24%	36%	48%	60%
	72%	14%	29%	43%	58%	72%
	80%	16%	32%	48%	64%	80%
	90%	18%	36%	54%	72%	90%
	100%	20%	40%	60%	80%	100%

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria (adaptado do Manual de Auditoria Financeira do TCU, 2016, pg. 99).

Legenda do Risco Residual	
Muito Baixo	0% a 10%
Baixo	10,1% a 20%
Médio	20,1% a 30%
Alto	30,1% a 50%
Muito Alto	50,1% a 100%

47. Uma vez esclarecida a metodologia de avaliação e de classificação dos riscos, passa-se à avaliação dos riscos e controles encontrados para o presente objeto de auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

6.2. Existência

48. Nesta auditoria, quanto à afirmação da **existência**, foi considerado o risco **R1**, que trata de as contas correntes que registram saldos associados à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo não terem lastro em contas bancárias de investimento.

49. A probabilidade de ocorrência do risco R1 foi avaliada como **média** pois as contas de Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, assim como as de Caixa e Equivalentes de Caixa, têm que ser conciliadas para comporem as demonstrações financeiras, dificultando, assim, a criação de contas sem lastro.

50. Entretanto, a probabilidade seria agravada em função de haver incentivo ao gestor concorrer para a consecução deste risco, visto que a criação de contas puramente contábeis permite a superavaliação do ativo, gerando uma situação de liquidez mais favorável ao ente público do que a real.

51. O **impacto** do risco R1 foi avaliado como **médio**, porque a magnitude desse evento dependeria do valor presente na conta em questão, podendo ser muito ou pouco material.

52. Como resultado da ponderação da probabilidade e impacto, o **risco inerente** relativo a R1 foi calculado em **36%** e considerado **moderado**.

6.2.1. Avaliação dos controles

53. **C1** foi avaliado como **satisfatório**, pois a presidência do Iprev/DF centraliza o processo de abertura de contas pelo fato dela necessitar da assinatura do Diretor-presidente e de mais um diretor da autarquia, além de os pedidos de cadastro de domicílio bancário serem feitos diretamente pela Sucon.

54. **C2** foi avaliado como **satisfatório**, pois a Coproc exige processo Sei específico para o cadastro de domicílio bancário com a apresentação de documento da instituição financeira que apresente os dados da conta tais como: cadastro, código da Unidade Gestora; código da Gestão; código do Banco; código da Agência; código da Conta Bancária (se é de convênio ou não); nome do Domicílio Bancário; Tipo de conta; Tipo de Domicílio; CNPJ da Unidade Gestora; Fonte de recursos e ainda promove uma verificação da existência da agência e consistência de seus dados. Nos casos de convênio com a União, é utilizado o termo de convênio para comprovação da titularidade, esse procedimento foi estabelecido por meio da IN nº 3/20 da Sucon.

55. A IN nº 3/20 da Sucon estabelece que a responsabilidade pela solicitação de desativação das contas é dos gestores responsáveis, que devem realizar esse procedimento pelo menos anualmente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

56. **C3** foi avaliado como **fraco**, pois foi informado que essa regra de negócio está implementada no Siggo, entretanto não foi apresentada comprovação.

57. **C4** foi avaliado como **mediano**, pois é incumbência da Sucon a desativação das contas bancárias no Siggo, entretanto as unidades gestoras têm o dever de informar o encerramento das contas nas instituições financeiras, além de o Decreto nº 41.277/20, de encerramento do exercício financeiro de 2020, trazer como obrigação a correção em tempo hábil das divergências entre a situação de fato e os registros do Siggo. Porém, a Sucon não solicita às instituições financeiras, anualmente, a lista de contas bancárias ou de investimento encerradas em nome do GDF, seus órgãos e entidades.

58. **C5** foi avaliado como **mediano**, tendo em vista que a Cocai informou que indica às entidades sob sua supervisão a respeito de contas bancárias encerradas, solicitando providências para a desativação das contas. Além disso, esclareceu que foi enviada mensagem no Siggo com explicações sobre os procedimentos de encerramento de contas, tendo apresentado comprovação.

59. Os controles avaliados resultaram em um **risco de controle** de R1 de **56%**, considerado **mediano**.

6.2.2. Risco Residual relacionado a Existência

60. Depois da atuação dos controles, o **risco residual** de R1 foi de **20,2%** e considerado **médio**.

6.3. Direitos e obrigações

61. Quanto à característica das afirmações do GDF relativas aos **direitos e obrigações** dos ativos referentes à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo foi considerado o risco **R2** de as contas de investimento não terem como titular o GDF, seus órgãos e entidades.

62. A **probabilidade** do risco R2 foi avaliada como **muito baixa** pelo fato de que os controles atuam nas instituições financeiras para abertura e movimentação das contas que exigem, entre outros critérios, o representante legal competente (os controles externos ao objeto da auditoria influenciam a probabilidade de ocorrência e não são considerados controles internos).

63. O **impacto** do risco R2 foi avaliado como **muito baixo**, tendo em vista que, ainda que a conta seja cadastrada de maneira errada no Siggo, os controles dos agentes financeiros atuarão para não processar as operações (realizar pagamentos ou recebimentos), não impactando o saldo da conta. Ou seja, ainda que o Siggo permita a realização do procedimento, a instituição financeira não irá permitir que o GDF pague ou receba valores de uma conta que pertença a outro



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

ente.

64. Como resultado da ponderação da probabilidade e impacto, o **risco inerente** relativo a R2 foi calculado em **2%** e considerado **baixo**.

6.3.1. Avaliação dos controles

65. **C6** foi avaliado como **forte**, pois a Coproc exige processo Sei específico para o cadastro de domicílio bancário com a apresentação de documento da instituição financeira que apresente os dados da conta e a titularidade, além de promover uma verificação da existência da agência e consistência de seus dados. Nos casos de convênio com a União, é utilizado o termo de convênio para comprovação da titularidade. Esse procedimento foi estabelecido por meio da IN nº 3/20 da Sucon.

66. O controle avaliado resultou em um **risco de controle** de R2 de **20%** e considerado **forte**.

6.3.2. Risco Residual relacionado a Direitos e Obrigações

67. Depois da atuação dos controles, o **risco residual** de R2 foi de **0,4%**, considerado **muito baixo**.

6.4. Integralidade

68. Quanto à característica das afirmações do GDF relativas à **integralidade** da conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, foi considerado o risco **R3** de alguma conta de investimento não estar registrada na contabilidade.

69. A **probabilidade** do risco R3 foi avaliada como **média**, tendo em vista que o cadastro do domicílio no Siggo demanda tempo (por exemplo, solicitar a abertura junto à Sucon e providenciar a documentação necessária) e recursos humanos, além de uma possível percepção por parte do gestor de eventual perda de sua autonomia ao realizar o cadastro da conta no Siggo.

70. O **impacto** do risco R3 foi avaliado como **médio**, porque a magnitude desse evento dependeria do valor presente na conta em questão, podendo ser muito ou pouco material.

71. A ponderação da probabilidade e impacto em relação a esse risco resultou no **risco inerente** calculado em **36%** e considerado **moderado**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

6.4.1. Avaliação dos controles

72. **C7** foi avaliado como **fraco**, visto que foi estabelecido procedimento não manualizado em que é feito pedido de cadastro de novo domicílio bancário à Sucon por meio de e-mail.

73. **C8** foi avaliado como **fraco**, tendo em vista que foi informado que no encerramento do exercício, para elaboração das demonstrações financeiras, são conferidas se foram apresentadas conciliações bancárias para todos os domicílios bancários das unidades gestoras sob a responsabilidade da Cocai presentes no Siggo. Apesar da existência do controle, se a entidade da administração indireta não apresentar espontaneamente a conciliação bancária da nova conta, a Cocai não tem como saber de sua abertura.

74. **C9** não foi avaliado e por isso foi classificado como **inexistente/não avaliado**, tendo em vista o alto custo em relação ao pequeno benefício decorrente da avaliação desses controles, pois ter-se-ia que avaliar os controles em toda a administração direta e indireta.

75. **C10** não foi avaliado e por isso foi classificado como **inexistente/não avaliado**.

76. **C11** foi avaliado como **fraco**, tendo em vista que foi estabelecido, por meio da IN nº 3/20 da Sucon, que os processos de inclusão e alteração de domicílio bancário da Administração Indireta e Fundos Especiais serão remetidos à Sucon, mas eles não solicitam, anualmente, às instituições financeiras a lista de contas bancárias ou de investimento abertas em nome do GDF, seus órgãos e entidades.

77. Os controles avaliados resultaram em um **risco de controle** de R3 de **88%**, considerado **fraco**.

6.4.2. Risco Residual relacionado à Integralidade

78. Depois da atuação dos controles, o risco residual de R3 foi de **31,7%**, considerado **alto**.

6.5. Exatidão

79. Sobre a característica das afirmações do GDF relativas à **exatidão** dos ativos referentes à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, foi considerado o risco **R4** de haver divergências injustificadas entre os saldos das contas contábeis e os saldos das contas de investimento correspondentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

80. A **probabilidade** do risco R4 ocorrer foi avaliada como **alta**, tendo em vista que são aproximadamente 90 contas. Apesar disso, a movimentação das contas de 2020 é basicamente centralizada no Iprev/DF.

81. Verifica-se, ainda, haver incentivos por parte do gestor, tendo em vista que as justificativas das divergências (conciliações bancárias) demandam tempo (por exemplo, requisitar informações do agente financeiro sobre saldos de contas divergentes e aguardar a resposta) e recursos humanos para serem preparadas adequadamente. Na escassez desses recursos, o gestor tem incentivos para não elaborar as conciliações.

82. O **impacto** da ocorrência do evento de risco previsto em R4 foi avaliado como **médio**, porque a magnitude desse evento dependeria do valor presente na conta em questão, podendo ser muito ou pouco material.

83. A ponderação da probabilidade e impacto em relação ao R4 resultou no **risco inerente** calculado em **48%** e considerado **moderado**.

6.5.1. Avaliação dos controles

84. **C12** foi avaliado como **inexistente**, pois até julho de 2020, não eram feitas conciliações bancárias ou de investimentos no Iprev/DF, a partir dessa data, foi criada a Gerência de Conciliação – Geconci, para realizar esse procedimento, entretanto o esforço de conciliação de contas está centrado nas contas integrantes de Caixa e Equivalentes de Caixa, de forma que não foi feita nenhuma conciliação das contas relacionadas a Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo. Foi informado que havia processos que tratavam das conciliações até então realizadas, mas na verificação desses processos constatou-se que eles tratam apenas de contas de Caixa e Equivalentes de Caixa.

85. **C13** foi avaliado como **forte**, tendo em vista que o Decreto nº 32.598/10 estabelece a obrigatoriedade de todas as unidades gestoras que dispõem de contas bancárias e de investimentos encaminhar à Sucon, até o dia 10 do mês subsequente, a conciliação mensal das contas bancárias, acompanhada das declarações de saldos fornecidas pelos estabelecimentos financeiros.

86. Em adição a isso, o Decreto nº 41.277/20 estabelece que a unidade gestora deverá analisar as contas do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido com objetivo de identificar situações que necessitem de ações corretivas em tempo hábil, a fim de permitir a validação, exatidão e qualificação dos dados que constarão dos relatórios consolidados de governo, analisando as contas do Ativo, Direitos a Receber com saldos de exercícios anteriores para certificação de que são procedentes ou necessitam de baixas contábeis, com base na documentação comprobatória, entre outros registros.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

87. Em reunião com a Coproc e com a Sucom, foi esclarecido que os referidos artigos englobam todos os recursos financeiros aplicados na instituição financeira, tais como: fundos de investimento em renda fixa, fundos multimercado, fundos de ações, fundos de índices referenciados em ações, fundos de investimento em direitos creditórios, fundos de investimentos em participações, fundos de investimentos imobiliários e títulos de responsabilidade do Tesouro.

88. **C14** foi avaliado como **satisfatório**, pois há obrigatoriedade de a administração indireta realizar a conciliação das contas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, além de que, no encerramento do exercício, cada gerência da Cocai elabora uma planilha de conferência entre as conciliações e os saldos presentes no Siggo, enviando comunicação às unidades gestoras sob sua responsabilidade nos casos de divergência.

89. **C15** foi avaliado como **satisfatório**, pois foi informado que essa regra de negócio está implementada no Siggo, pois existe um atributo que só permite a inversão do saldo da conta quando habilitado e para a conta de investimentos ele está desabilitado, mas que pode ocorrer a inversão do saldo das contas de investimentos em caso de falha do sistema e na virada do ano, enquanto não foi encerrado o ano anterior no Siggo, ademais, não foi constatada conta retificadora no objeto da auditoria.

90. Os controles avaliados resultaram em um **risco de controle** de R4 de **66,7%**, considerado **mediano**, tendo em vista que o controle C10 tem peso de 50% na ponderação dos controles.

6.5.2. Risco Residual relacionado à Exatidão

91. Depois da atuação dos controles, o **risco residual** de R4 foi de **32%**, considerado **alto**.

6.6. Classificação

92. Sobre a característica das afirmações do GDF relativas à **classificação** dos ativos referentes à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, foi considerado o risco **R5** de os registros contábeis não terem os requisitos suficientes para serem classificados na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, em desacordo com as normas de contabilidade geralmente aceitas.

93. A **probabilidade** do risco R5 foi avaliada como **média** pelo fato de as situações passíveis de classificação na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo dependerem apenas do prazo de liquidez do investimento realizado, que é informado pelas instituições de investimento, o que diminui o erro do agente e, consequentemente, a probabilidade desse risco ocorrer.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

Apesar disso, o gestor tem incentivo para classificar uma conta de menor liquidez como de curto prazo, gerando uma situação de liquidez mais favorável ao ente público do que a real.

94. O **impacto** do risco R5 foi avaliado como **baixo**, pois a maioria das transações são pequenas em relação aos saldos das contas, gerando pouco potencial para impactar de forma expressiva o saldo dos Investimento de curto prazo, em relação ao total. Já as transações mais significativas, em pequeno número, recebem uma atenção maior por parte do gestor, tendo maior visibilidade, o que aumenta o nível de prudência e controle, aumentando as chances de que eventuais erros materiais sejam corrigidos antes da divulgação das demonstrações financeiras.

95. A ponderação da probabilidade e impacto em relação ao R5 resultou no **risco inerente** calculado em **18%** e considerado **baixo**.

6.6.1. Avaliação dos controles

96. **C16** foi avaliado como **mediano**, uma vez que foi reportado que todos os anos são feitos ajustes para tentar adequar o plano de contas distrital ao PCASP e ao MCASP, mas que continuam com algumas divergências em relação a eles, mas não houve comprovação desse controle.

97. **C17** foi avaliado como **fraco**, tendo em vista que esse controle existe, pois, todas as unidades gestoras têm até o dia 10 do mês subsequente para fechar os registros do mês no Siggo. Porém foi informado que a conciliação realizada nos investimentos do Iprev/DF não é tempestiva, pois ele só recebe o extrato de algumas aplicações por volta do dia 20 do mês subsequente.

98. **C18** foi avaliado como **mediano**, tendo em vista que foi informado que a Cocai verifica as conciliações ao final do ano para efeito de prestação de contas anual com foco nas divergências encontradas, incluindo problemas de classificação. Nesse caso, solicita a retificação por mensagem Siggo ou por e-mail, mas não foi enviada comprovação.

99. Os controles avaliados resultaram em um **risco de controle** de R5 de **66,7%**, considerado **mediano**.

6.6.2. Risco Residual relacionado à Classificação

100. Depois da atuação dos controles, o **risco residual** de R5 foi de **12%**, considerado **baixo**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

6.7. Divulgação

101. Sobre a característica das afirmações do GDF relativas à **divulgação** dos ativos referentes à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, foram considerados os riscos **R6** e **R7** de as demonstrações financeiras não atenderem aos requisitos do relatório financeiro aplicável e de incertezas materiais associadas aos saldos da conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo não estarem devidamente divulgadas em notas explicativas.

102. A **probabilidade** do risco **R6** foi avaliada como **alta** pelo fato de ser recorrente a falta de notas explicativas e da devida referenciação cruzada.

103. O **impacto** de **R6** foi avaliado como **muito baixo** por tratar-se apenas de requisitos formais, não interferindo nos saldos apresentados.

104. A ponderação da probabilidade e impacto em relação ao **R6** resultou no **risco inerente** calculado em **8%** e considerado **baixo**.

105. A **probabilidade** do risco **R7** foi avaliada como **média** pelo fato de a complexidade relacionada à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo ser baixa já que se trata de contas de simples conferência, sem a necessidade da realização de cálculos elaborados para registro na contabilidade. Assim, a probabilidade de necessitar de esclarecimentos adicionais em notas explicativas para que o usuário da informação entenda seu conteúdo também deve ser reduzida.

106. Apesar disso, o gestor tem incentivo para não divulgar uma situação de incerteza que afete negativamente os saldos desta conta, gerando uma situação de liquidez mais favorável ao ente público do que a real.

107. O **impacto** de alguma incerteza associada à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo não ser corretamente divulgada foi avaliado como **médio** porque a magnitude desse evento dependeria do valor relacionado à incerteza.

108. A ponderação da probabilidade e impacto em relação ao **R7** resultou no **risco inerente** calculado em **36%** e considerado **moderado**.

6.7.1. Avaliação dos controles

109. **C19** foi avaliado como **fraco**, tendo em vista que a Sucon informou que foi desenvolvido para o Siggo o módulo Notas Explicativas, em que as unidades gestoras que apresentarem operações com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 2020 deverão elaborar notas explicativas para compor as demonstrações consolidadas do Governo até o dia 29 de janeiro de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

2021, por meio do referido módulo, mas ele ainda não está em funcionamento.

110. O controle avaliado resultou em um **risco de controle** de R6 de **80%**, considerado **fraco**.

111. **C20, C21 e C22** foram avaliados como **fracos**, tendo em vista que a Sucon informou que foi desenvolvido para o Siggo o módulo Notas Explicativas, em que as unidades gestoras que apresentarem operações com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 2020 deverão elaborar notas explicativas para compor as demonstrações consolidadas do Governo até o dia 29 de janeiro de 2021, por meio do referido módulo, mas informou que ele ainda não está em funcionamento.

112. Os controles avaliados resultaram em um **risco de controle** de R7 de **80%**, considerado **fraco**.

6.7.2. Risco Residual relacionado à Divulgação

113. Depois da atuação dos controles, o **risco residual** de R6 foi de **6,4%**, considerado **muito baixo** e de R7 foi de **28,8%**, considerado **médio**.

7. Metodologia utilizada para definição dos procedimentos da fase de execução

114. Na fase de execução da auditoria financeira serão realizados procedimentos de análise documental, amostragem probabilística e amostragem não probabilística, bem como procedimentos analíticos, conforme expresso na Matriz de Avaliação de Riscos, Controles e Procedimentos de Auditoria³ (peça 9).

115. Para fins de definição dos procedimentos de execução, combina-se o Risco Residual com o nível de asseguuração planejado para a auditoria (**95%**) para obter-se o **Risco de Detecção**⁴. Por se pretender apresentar asseguuração razoável, a auditoria planeja manter um risco de auditoria baixo (**5%**).

116. A avaliação dos riscos e controles internos foi utilizada para dimensionar a extensão dos procedimentos de auditoria a serem realizados. Portanto, a profundidade dos testes de auditoria foi projetada em função do risco de

³ Na Auditoria Financeira, a **Matriz de Planejamento** é substituída pela **Matriz de Avaliação de Riscos, Controles e Procedimentos de Auditoria**, onde são avaliados a probabilidade e o impacto dos riscos levantados, confrontados os controles existentes com os esperados para mitigação dos riscos, bem como planejados os procedimentos, sua extensão e profundidade em decorrências das avaliações realizadas.

⁴ Risco de Detecção (RD): é o risco que se pode assumir de não detectar uma distorção relevante.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

detecção de cada risco avaliado (R1 a R7), tendo em vista um risco de auditoria de 5%.

117. Para a avaliação do R4, risco de haver divergências injustificadas entre os saldos das contas contábeis e os saldos das contas de investimento correspondentes, será utilizado censo, pois como não foram realizadas as conciliações bancárias referentes à conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, a utilização de AUM⁵ se torna arriscada, devido ao fato de essa metodologia não dar suporte à conclusão do auditor nos casos em que são constatadas grandes distorções em quantidade ou valor.

118. As conciliações serviriam para dividir a população entre AUM, censo e Limite de Acumulação de Incorreções – LAI⁶, deixando as contas com conciliação com divergência significativa ou sem apresentação de conciliação para o censo, as com razão do Siggo igual aos extratos para a AUM e os investimentos restantes para o LAI.

119. Assim, optou-se pela utilização de censo, também pelo fato de que os diferentes investimentos presentes no Siggo giram em torno de 62, quantidade factível.

120. Como será necessário a realização de censo para o procedimento de R4, optou-se pela realização dos procedimentos R1, R2, R3, R5 e R7, que necessitam de menor profundidade, em conjunto.

8. Usuários Previstos

121. Os resultados da auditoria financeira interessam ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, à Câmara Legislativa do DF – CLDF, à Secretaria de Estado de Economia do DF – Seec/DF, ao Chefe do Poder Executivo e à população local.

9. Materialidade

122. Definir valores de materialidade permite estipular parâmetros de modo a instrumentalizar a interpretação das distorções eventualmente identificadas

⁵ Amostragem de Unidades Monetárias – Amostragem probabilística em que a probabilidade de seleção da amostra é proporcional ao seu tamanho e em que são utilizadas unidades monetárias como unidades amostrais.

⁶ Segundo a ISSAI 1450, o auditor deve acumular distorções identificadas durante a auditoria que não sejam claramente triviais, e as triviais não precisariam ser acumuladas porque o auditor espera que a acumulação desses valores não terá efeito relevante sobre as demonstrações financeiras. Assuntos que são claramente triviais são de magnitude e ordem de grandeza totalmente diferentes (menor) que a materialidade determinada, e são assuntos claramente sem consequências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

para a produção da opinião da auditoria financeira.

123. A materialidade global foi estabelecida como 2% do saldo da conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo 114000000. Se o valor de distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, for maior que a materialidade global estabelecida para o trabalho, isso significa que os saldos analisados apresentam distorções relevantes.

124. A materialidade para a execução da auditoria foi estabelecida como 50% da materialidade global. A materialidade para execução da auditoria é fixada para reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto nas demonstrações financeiras excedam a materialidade para o saldo analisado. A materialidade para execução da auditoria é a incorreção tolerável (erro tolerável) do trabalho de auditoria.

125. O limite para acumulação de incorreções (LAI) foi estabelecido como 2,5% da materialidade global.

126. Sobre o conceito de LAI, cumpre informar que, segundo a ISSAI 1450, o auditor deve acumular distorções identificadas durante a auditoria que não sejam claramente triviais, e as triviais não precisariam ser acumuladas porque o auditor espera que a acumulação desses valores não terá efeito relevante sobre as demonstrações financeiras. Assuntos que são claramente triviais são de magnitude e ordem de grandeza totalmente diferentes (menor) que a materialidade determinada, e são assuntos claramente sem consequências.

127. Segundo o *Government Accountability Office* - GAO, significa dizer que o auditor pode estabelecer um valor abaixo do qual as distorções não serão acumuladas, de modo que, individualmente ou em conjunto com todas as outras distorções, não sejam relevantes para as demonstrações financeiras.

128. Apresenta-se, a seguir, os valores estabelecidos para a materialidade global, para a materialidade para execução e para o limite de acumulação de incorreções.

Tabela 1 - Materialidade

Título	Referencial	%	Materialidade Global
114000000 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 3.531.099.494,31	2,0%	R\$ 70.621.989,89
Título	Referencial	%	Materialidade para Execução
114000000 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 70.621.989,89	50,0%	R\$ 35.310.994,94
Título	Referencial	%	LAI
114000000 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 70.621.989,89	2,5%	R\$ 1.765.549,75



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

10. Objetivo geral

129. O objetivo da auditoria é de emitir opinião sobre se as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial da conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável, objetivando aumentar o grau de confiança nas demonstrações financeiras por parte dos usuários.

130. Uma auditoria conduzida de acordo com normas baseadas nos Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira da Intosai e exigências éticas relevantes permitirá ao auditor expressar essa opinião.

11. Objetivos específicos

131. Os objetivos específicos dos trabalhos dessa auditoria financeira são:

- a) obter segurança razoável sobre se o saldo da conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo está livre de distorção relevante, seja por fraude ou erro, possibilitando, assim, ao auditor expressar uma opinião sobre se os saldos analisados foram apresentados, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e
- b) elaborar o relatório sobre as demonstrações financeiras e comunicar o resultado da auditoria, de acordo com os achados do auditor.

132. Os objetivos adicionais dessa auditoria incluem emitir um relatório com apontamentos sobre as falhas significativas eventualmente encontradas nos controles internos conexos à elaboração das demonstrações financeiras do GDF.

12. Escopo

133. A auditoria financeira tem como escopo os saldos que afetam a conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do exercício de 2020 do GDF (Posição em 31.12.2020).

134. O presente trabalho não pretende emitir opinião sobre:

- o saldo de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo das entidades da administração indireta não dependentes que não integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS); e
- as demonstrações financeiras consolidadas do GDF referentes ao exercício de 2020, como um todo, mas tão-somente sobre o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

saldo da conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo que integra aquelas demonstrações.

13. Perfil da equipe e recursos necessários

135. A auditoria financeira será executada por equipe de dois Auditores de Controle Externo desta Divisão técnica.

136. Os recursos a serem utilizados são os ordinariamente disponíveis para a realização de fiscalizações a cargo desta Divisão.

14. Cronograma

137. A execução dos trabalhos seguirá o cronograma seguinte.

Tabela 10 – Cronograma para Execução da Auditoria

Atividade	Período de Realização	
	Início	Fim
Aplicação de Testes Substantivos e Procedimentos Analíticos	24/02/2021	24/03/2021
Elaboração de Relatório Prévio	25/03/2021	07/04/2021
Envio do Relatório Prévio para comentários dos gestores	08/04/2021	08/04/2021
Prazo para manifestação dos gestores	09/04/2021	26/04/2021
Avaliação dos comentários dos gestores	27/04/2021	29/04/2021
Elaboração do Relatório Final de Auditoria	30/04/2021	04/05/2021

Anexo1 – Matriz de Avaliação de Riscos, Controles e Procedimentos de Auditoria (peça 9).

Brasília, 24 de fevereiro de 2021.

<ASSINADO ELETRONICAMENTE>

Carlos Alberto Cascão Júnior

Auditor de Controle Externo – Mat. 1437-9

<ASSINADO ELETRONICAMENTE>

Gabriel de Oliveira Reges

Auditor de Controle Externo – Mat. 1594-5